

RESENHA

GREG WOOLF, *Et tu brute? A short history of political murder*. Cambridge, Harvard University Press, 2007, 200 p., ISBN 9780674026841.

Greg Woolf, catedrático em Saint Andrews, na Escócia, formou-se em Cambridge sob a batuta de nomes como Moses Finley, Peter Garnsey e Ian Hodder, referências no campo dos Estudos Clássicos, História Antiga e Arqueologia, e seguiu o *cursus honorum*, tendo se tornado, no século XXI, expoente de primeira grandeza. Isso se deve a diversos motivos, dentre os quais está sua capacidade incomum de transitar por textos gregos e latinos, evidências materiais e, não menos importante, por reflexões da teoria social. Erudito, nunca deixa de ser claro e simples, em prosa de fácil inteligência. Este volume, dedicado a um tema tão ressoante, o assassinato político, a partir não tanto, nem somente, de Júlio César, como das leituras posteriores, estabelece ligações intensas entre passado e presente, de modo a mostrar a atualidade do tema: embora Bin Laden só tenha sido assassinado em 2011, já estavam lá os americanos em 2007 à caça da cabeça do inimigo público. Pois é disso que trata o volume: dos usos, justificativas e condicionantes do assassinato de líderes políticos acusados de tirania. O volume trata dos romanos, mas é de nós que fala, à maneira de Horácio (*Sátiras* 1.1.69): *de te fabula narratur*. Este é o sentido maior e mais profundo do estudo de Woolf, como veremos.

Woolf utiliza-se, durante todo o volume, de termos propositadamente modernos, como ‘junta’ para se referir ao triunvirato de Pompeu, Crasso e César, ‘*networking*’ para explicar a política romana ao final da república, ‘*checks and balances*’ para tratar da constituição republicana, além de traçar paralelos explícitos com os Pilgrim Fathers e a *Magna Carta*. Tudo ressoa a relação inevitável entre presente e passado. À maneira do seu mestre Finley, sempre busca marcar, por outro lado, a distância inexorável entre as condições antigas e modernas, ao dizer, diversas vezes, que tal ou qual aspecto é ‘estranho’ para nós modernos – como o assassinato coletivo de um líder político, por parte das próprias elites, com armas brancas e muito sangue. A monarquia – termo grego usado para se referir ao Principado romano – nunca foi uma realza medieval ou moderna, com sua sucessão hereditária e corte de nobres. Mas, nem por isso, deixa de devotar boa parte do livro às leituras dos assassinatos políticos, passando pelo Tsar Alexander II em 1881 (um César), pelos atentados ao Kaiser Guilherme I

em 1878 (outro César), para chegar a inúmeros outros, de Kennedy (bem sucedido) a Fidel Castro (mal-sucedidas as diversas tentativas) e Gadafi (até então igualmente mal-fadadas).

Os assassinatos políticos continuam na ordem do dia, mas de uma maneira diversa da antiga. Entre gregos e romanos, os governantes acusados de despotismo ou tirania foram, no decorrer dos séculos, mortos com essa justificativa quase irreprochável: a defesa da liberdade. Por isso mesmo, os antigos governantes preocupavam-se de forma constante com a possibilidade de serem atingidos por inimigos e, mais ainda, pelos próximos, tanto amigos como familiares. Esta primeira característica já nos separa dos antigos, pois no moderno estado liberal a morte foi, em geral, substituída pela deposição ou derrota eleitoral. Em seguida, na Antiguidade os golpes eram dados pelos próprios tiranicidas, transformados, por isso mesmo, em heróis, como no caso de Bruto e, mais ainda, Catão (nome, como lembra Woolf, de um importante instituto conservador americano, o *Cato Institute*¹). A punhalada era sinal da dignidade do ato, algo que tampouco se manteve na democracia liberal moderna, cujos assassinos são pessoas interpostas, como atiradores e profissionais da morte, não os próprios atores sociais. Os assassinos do ditador romeno Ceaucescu não eram Brutus e Catão, mas executores de ordens.

Os eventos do dia 15 de março de 44 a.C. tornaram-se uma referência, nos últimos dois milênios, de modo a marcar, como nenhum outro assassinato político, a imaginação ocidental. Há poucos momentos da Antiguidade descritos com tanto detalhe e poucos foram tão influentes na literatura e na política, por suas imagens e conotações. Woolf contribui, de forma decisiva, para uma compreensão mais ampla do tema, não só para o público especializado, como para uma audiência mais ampla. Além de tudo, o livro é de leitura agradável e prazerosa e constitui uma pequena joia a ser apreciada com grande proveito.

PEDRO PAULO FUNARI

ppfunari@uol.com.br

Universidade Estadual de Campinas
Brasil

¹ <<http://www.cato.org/>>